

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL

PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL

*Aprovado no IV Congresso da ORM - POLÍTICA OPERÁRIA,
em setembro de 1967. Confirmado no V Congresso
(congresso de fundação do POC – Partido Operário Comunista),
em abril de 1968 e na reunião de fundação da
OCML – Política Operária, em abril de 1970.*

*Texto digitalizado e revisado em out/2007, a partir de
edição mimeografada divulgada pela OCML PO em fevereiro de 1971.
Incluimos a Introdução elaborada pela OCML-PO para a edição de fev/71*

SUMÁRIO

Introdução (OCML, 1970)

I – A LUTA DE CLASSES EM ESCALA INTERNACIONAL

- 1. A situação mundial*
- 2. O imperialismo*
- 3. O mundo socialista*
- 4. o mundo subdesenvolvido*
- 5. Coexistência pacífica e luta de classes*
- 6. O socialismo e a era atômica*
- 7. A revolução cubana e a América Latina*

II – AS LUTAS DE CLASSES NO BRASIL

- 1. O desenvolvimento capitalista*
- 2. A questão agrária*
- 3. A integração imperialista no Brasil*
- 4. O caráter da revolução*

III – POR UM BRASIL SOCIALISTA

- 1. O socialismo no Brasil*
- 2. Socialismo e revolução são inseparáveis*
- 3. O caminho passa pela ditadura do proletariado*

IV – POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES

- 1. O socialismo do Brasil*
- 2. A Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*
- 3. O Governo Revolucionário dos Trabalhadores*

V - AS TAREFAS DA VANGUARDA

- 1. A formação do partido revolucionário da classe operária*
- 2. Partido e classe*
- 3. A Frente de Esquerda Revolucionária*

VI – A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

INTRODUÇÃO

O presente Programa foi elaborado pela Organização Revolucionária Marxista Política Operária, que o aprovou no seu IV Congresso Nacional (setembro de 1967).

Posteriormente, foi confirmado no Congresso de fundação do Partido Operário Comunista (POC), quando se fundiram a ORM - Política Operária e a Dissidência Leninista do PCB (Rio Grande do Sul). Esse Congresso foi considerado o V Congresso do POC (abril de 1966).

Entretanto, o Comitê Nacional do POC foi incapaz de definir as diretrizes que deveriam conduzir a recém-fundada organização no caminho da mobilização independente da classe operária. Desse modo, quando em 1969 as correntes revolucionárias com concepções pequeno-burguesas militaristas de luta atingiam o auge da sua ascensão, o POC encontrava-se no ponto mais baixo de sua crise. Na ocasião em que a maioria do CN conseguiu estabelecer o caminho da aplicação do Programa, a sua maioria, sob influência da onda do imediatismo militarista, seguia por um caminho que ameaçava comprometer o próprio Programa; rompia, além disso, ostensivamente, com o centralismo e havia conseguido mobilizar atrás de si a maioria do Partido.

A maioria do CN e quase a metade do Partido romperam, por isso, com o POC e fundaram, em abril de 1970, a Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária. Decidimos retomar a sigla Política Operária, porque nos consideramos continuadores das tradições teóricas, do Programa e das concepções proletárias de luta da antiga Política Operária.

*CN da OCML – Política Operária,
fevereiro de 1971*

PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL

I - A LUTA DE CLASSES EM ESCALA INTERNACIONAL

1. A situação mundial

Vivemos na época do confronto final entre o velho regime capitalista e as forças que lutam pelo socialismo, expressão política da contradição social entre o capital e o trabalho. Iniciada em 1917 com a vitória dos soviets na Rússia, a chama revolucionária propagou-se, em menos de meio século, sobre a Europa Oriental e a Ásia, atingindo as Américas com a instauração de Cuba socialista. Hoje, um terço da humanidade está libertada da exploração capitalista ou pré-capitalista. Um, entre três seres humanos, vive e trabalha sob sociedades onde se edifica o socialismo.

O movimento revolucionário continua se expandindo. Nos pântanos do Vietnã, nas selvas do Congo, nas montanhas da Venezuela, a revolução ganha as forças mais diversas. O mundo capitalista luta pela sobrevivência. No Vietnã, o imperialismo vem mostrando até que ponto pode ir para defender seus privilégios contra a vontade inquebrantável dos combatentes da libertação. Para impedir o crescimento do campo adversário, o imperialismo torna-se cada vez mais agressivo. E aproveita as vacilações e divisões entre as forças socialistas para melhor desempenhar o seu papel de polícia da velha ordem exploradora nos quatro cantos do mundo.

2. O imperialismo

Duas guerras mundiais abalaram profundamente os alicerces do capitalismo mundial. As contradições interimperialistas, que levaram as grandes potências a redividir o mundo, não só destruíram — por duas vezes consecutivas — a economia européia, que teve que ser reerguida sob sacrifícios e no meio de agudas lutas de classe, não só diminuíram e restringiram o mercado capitalista mundial, como serviram de parteiras do novo mundo socialista, que hoje ameaça o próprio capitalismo mundial.

O capitalismo europeu, que se desenvolveu vendendo seus produtos fabris em troca de matérias-primas e alimentos, atingiu, no fim do século passado, a fase do imperialismo, na qual a exportação de mercadorias é suplantada pela exportação de capitais para os países economicamente atrasados. O capital financeiro das metrópoles imperialistas conseguiu, desse modo, aumentar seus lucros juntando a exploração de seus próprios operários à acumulação da mais-valia produzida pelos trabalhadores dos países coloniais e semicoloniais.

Na sua primeira fase, a de ascensão, o imperialismo tomou forma de domínio colonial. A posse das colônias assegurou aos grupos imperialistas não só o monopólio da exploração em vastas regiões do mundo, como também um super-lucro, em virtude da restrição da competição internacional. A sucessiva libertação das colônias forçou o imperialismo europeu a mudanças no seu domínio, que se manifestam principalmente na liquidação dos monopólios coloniais e nas associações com o imperialismo mais forte — o norte-americano — para a exploração capitalista do mundo subdesenvolvido em geral.

Esta não é a única mudança qualitativa que a estrutura imperialista sofreu. Se até a Segunda Guerra Mundial as contradições interimperialistas representavam o elemento primordial das relações internacionais, elas agora passaram a segundo plano.

Hoje não se conta mais com a possibilidade de uma guerra entre as potências imperialistas. O que domina as relações interimperialistas é o sentido de autodefesa em face da revolução mundial.

Isto não quer dizer que o conflito interimperialista tenha desaparecido, mas simplesmente que a guerra não é mais tida como meio de solução em vista de uma ameaça maior. A luta do capitalismo francês visa exatamente manter ainda certa autonomia dentro dos quadros da integração imperialista sob hegemonia ianque. Na prática da associação imperialista as divergências vão sendo resolvidas à custa das potências mais fracas e o capital norte-americano vai penetrando cada vez mais em toda a economia mundial capitalista.

Com o desenvolvimento do pós-guerra, o sistema imperialista entrou na fase da **cooperação antagônica**. Trata-se de uma cooperação visando à conservação do sistema e que tem a sua base no próprio processo de centralização de capital, e que não elimina os antagonismos inerentes ao mundo imperialista. A cooperação prevalece e prevalecerá sobre os antagonismos. Mesmo a rebeldia francesa em seu ponto mais extremo não põe em xeque a cooperação antagônica; visa, em última análise, melhores condições dentro da associação imperialista mundial.

3. O mundo socialista

Responsável, em grande parte, por essas mudanças qualitativas do imperialismo, é o surgimento do campo socialista. Nascido com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, abrange hoje regiões tão distantes como as Democracias Populares européias, a China e Cuba. Apesar das diferenças de condições existentes nos diversos países socialistas, todos eles têm em comum a abolição da velha sociedade exploradora e o seu desenvolvimento em direção a uma sociedade socialista. Essa sociedade socialista integral, ou comunista, só pode vencer em escala mundial. Isto supõe a derrota e a eliminação definitiva, não só do imperialismo, como de qualquer sociedade baseada na exploração do homem pelo homem.

O campo socialista, dessa forma, para desenvolver todas as suas potencialidades, precisa expandir-se pelo globo.

Em primeiro lugar, porque a economia socialista, isto é, o aproveitamento planejado das riquezas, tendo em vista as necessidades da sociedade humana nos países que fizeram a sua revolução, choca-se, a cada momento, com a existência de um mercado capitalista que limita o seu desenvolvimento. O comércio com o campo capitalista não pode substituir a planificação da produção mundial e a eliminação do desnível econômico existente — as premissas da consolidação da sociedade comunista.

Em segundo lugar, a existência de um mundo capitalista que o ameaça obriga a economia socialista a desviar imensos recursos para sua defesa, além de fortalecer o aparelho estatal.

Também o mundo socialista passa por contradições internas. As duras condições em que se levou a cabo a revolução soviética, submetida ao isolamento e ao assédio imperialista, produziram um controle burocrático sobre o primeiro Estado Operário, que afetou, em seguida, as relações entre os partidos comunistas e entre

os países socialistas. O internacionalismo proletário, visando a unidade da revolução mundial, foi substituído pela submissão dos partidos dos países capitalistas aos partidos já no poder. O próprio fato das revoluções se darem primeiro nos "elos mais fracos da cadeia imperialista" — hoje no mundo subdesenvolvido — nos mostra que o socialismo ainda está em sua infância, necessitando partir das economias mais atrasadas. Isso não pode deixar de refletir sobre os sistemas sociais e políticos desenvolvidos.

Muito mais que as divergências e, mesmo, que as conciliações das direções reformistas, pesará a longo prazo o denominador comum do socialismo e da luta contra um mundo imperialista hostil e inconciliável. O papel hoje dos marxistas-leninistas nos debates internos é o de travá-los na perspectiva da unificação do campo socialista em termos dos princípios revolucionários.

4. O mundo subdesenvolvido

Os países subdesenvolvidos representam um grupo especial na constelação das forças internacionais. Não são uma força independente nem homogênea. Trata-se de parte do mercado capitalista mundial, exatamente aquele que é o objeto principal da exploração imperialista.

Constituído em grande parte de países recém-saídos do domínio colonial, seus povos possuem geralmente um forte sentimento antiimperialista, que as novas classes dominantes são obrigadas, freqüentemente, a respeitar e que se faz sentir em sua política externa. Esse nacionalismo, aproveitado com freqüência pelas burguesias nativas, serve como pressão sobre as potências imperialistas para melhorarem os termos de suas relações econômicas. Estando materialmente interessadas na exploração capitalista, sua luta não visa a destruição do sistema imperialista, mas sim a obtenção de melhores vantagens dentro dos quadros do sistema. Trata-se também de uma forma de "cooperação antagônica" dessas burguesias nacionais com as burguesias imperialistas. É desse modo que se assegurou a continuidade da exploração imperialista após a retirada dos exércitos coloniais.

Atualmente a expansão bélica do imperialismo e o aguçamento das contradições internacionais estreitaram de muito a área de manobras para esse nacionalismo. As revoluções antiimperialistas transformaram-se rapidamente — graças à própria situação internacional — numa luta entre os dois sistemas antagônicos. O que vemos é que, mesmo nos países onde não está suficientemente amadurecida a contradição entre o capital e o trabalho, a internacionalização da luta se converte num choque entre os dois sistemas sociais. A contradição fundamental penetra em todo o mundo. Por isso, o mundo subdesenvolvido torna-se uma das frentes mais avançadas da revolução mundial. Assim como forneceu, com China e Cuba, as revoluções socialistas mais recentes, também a luta revolucionária aí travada abala o fundamento econômico do imperialismo.

5. Coexistência pacífica e luta de classes

A divisão do mundo em campos hostis e antagônicos empenhados numa luta decisiva que determinará o destino da humanidade é o elemento primordial das relações internacionais.

É evidente que esta época de transformação não se desenrola pacificamente. Nenhuma classe da história abandonou sem luta o seu domínio. Todas as revoluções vitoriosas até agora tiveram de se impor numa luta tenaz e armada

contra o inimigo interno e externo. A luta, em escala mundial, só poderá tomar, eventualmente, rumos pacíficos numa fase final quando o poderio do campo socialista e proletário for tão superior que qualquer tentativa de resistência das classes exploradoras seja mero suicídio. Mas cada nova revolução em qualquer lugar do mundo mobiliza os recursos bélicos do imperialismo.

Por enquanto, a burguesia internacional não cogita de capitular. Pelo contrário, ela se lança com toda violência em defesa de seus privilégios, reforçando o "revanchismo" alemão, constituindo suas polícias internacionais na América Latina, organizando provocações contra Cuba, usando seu poderio procurando esmagar a revolução do povo vietnamita, fazendo ameaças à China Popular.

A argumentação da "coexistência pacífica" entre os estados capitalistas e os estados operários, usada pela diplomacia dos países socialistas, pretende denunciar os preparativos bélicos imperialistas para quem a guerra é uma saída para a crise de mercado, além de ser a única possibilidade de resistir à libertação dos povos.

A "coexistência pacífica", porém, não pode ser aplicada nas relações entre países dominados e dominadores, nem nas relações entre classes de um mesmo país.

A única garantia contra uma guerra mundial é a luta de classes em escala mundial — dentro de cada país — contra o imperialismo, é o surgimento de novas revoluções socialistas, é o progresso da revolução mundial.

6. O socialismo e a era atômica

O medo de uma nova guerra que hoje domina boa parte do mundo atinge proporções inéditas com o surgimento de novas armas, de um potencial destrutivo inimaginado no passado, especialmente das armas nucleares.

O aproveitamento da cisão e da fusão do átomo, todavia, representa somente um dos aspectos de um processo que está se tornando conhecido sob o nome de a "segunda revolução industrial" e do qual faz parte a automação, o desenvolvimento da eletrônica e das matérias sintéticas.

O início dessa segunda revolução industrial assegurou ao capitalismo norte-americano e europeu prolongada fase de prosperidade, que teve como conseqüência um relaxamento das lutas de classe dos países industriais. O desenrolar da revolução industrial, todavia, ameaça rebentar toda a base econômica dos países capitalistas. A longo prazo, a economia burguesa não está em condições de digerir esse imenso incremento das forças produtivas sem sofrer sérios abalos. A automação tornou-se, já hoje nos países capitalistas, mais um fator de medo e insegurança do que de progresso e bem-estar. A capacidade produtiva cresce a um ritmo incomensuravelmente maior do que a capacidade aquisitiva das massas, revelando o aguçamento da contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação.

O medo e a insegurança, a angústia dos filósofos e literatos burgueses reina hoje em todo o mundo capitalista. A burguesia sente que seu domínio está chegando ao fim. E, como todas as classes superadas, tende a identificar o fim do seu reino com o fim do mundo que não mais compreende. Do mesmo modo como no império romano dos Césares ou na França dos Luíses, a classe dominante procura hoje, desesperadamente, prolongar o seu sistema, independentemente das conseqüências a longo prazo. Nunca, como agora, a sociedade burguesa foi tão corrupta, tão imediatista, tão decomposta. Ela coloca tudo a serviço de uma só tarefa — a da sobrevivência — do cinema até a unificação das igrejas, do controle da natalidade até o entorpecimento da juventude. Mas o que marca, justamente, a

sua sentença de morte é a incapacidade de se beneficiar do progresso da revolução industrial — o espírito que ela invocou e que não pode controlar.

Será a sociedade socialista que se beneficiará com as conquistas da automação, da energia nuclear e da eletrônica. Serão estas descobertas científicas e técnicas que fornecerão as bases para o desenvolvimento rápido de um mundo em grande parte subdesenvolvido, quando estiver eliminada a exploração do homem pelo homem.

Para a velha sociedade capitalista, o aproveitamento da energia nuclear para fins destrutivos ainda é o traço mais marcante. O domínio das novas descobertas técnicas e científicas para a eliminação do atraso, da miséria e do subdesenvolvimento do seu meio será obra das gerações socialistas.

7. A revolução cubana e a América Latina

A história da América Latina, hoje, divide-se em duas fases: antes e depois da revolução cubana.

Região capitalista subdesenvolvida, ela foi considerada na política mundial do pós-guerra domínio incontestado do imperialismo norte-americano. Desde a promulgação da doutrina Monroe até a fundação da OEA, os Estados Unidos ampliaram sua penetração política e econômica nos países latino-americanos, em aliança com as oligarquias nativas.

Esse domínio atingiu o auge depois da segunda guerra com a virtual eliminação da concorrência européia, quando os próprios países latino-americanos não mais podiam jogar em sua política externa com os choques interimperialistas.

A revolução cubana quebrou o monopólio do domínio americano mas não se limitou a isso. Libertou, pela primeira vez na história, um país latino-americano de todo e qualquer domínio imperialista. Finalmente, mostrou às massas exploradas que a única forma de libertação absoluta do jugo imperialista consiste na derrubada da própria classe dominante, na revolução socialista.

Com isso, toda a luta de classes no continente foi colocada num nível mais alto. Um retorno não é possível. Não o é para os imperialistas, que defendem seu domínio à base de intervenções militares como em São Domingos. Também não é possível, para a nova geração de revolucionários, ignorar as mudanças que a experiência cubana trouxe. A revolução socialista em Cuba assustou a burguesia e superou de vez as lideranças pequeno-burguesas. A revolução cubana naturalizou o marxismo-leninismo no continente.

O que os países da América Latina têm em comum hoje é, antes de tudo, uma similaridade de condições de luta que cria uma solidariedade ativa entre as massas do continente. A luta antiimperialista dirige-se contra uma determinada potência — os EUA. Cada derrota que o imperialismo ianque sofre nesse terreno tem repercussão internacional porque ele é o sustentáculo do imperialismo mundial, que é golpeado. O que os países latino-americanos têm em comum é um passado similar criado pelo domínio colonial ibérico, que deixou uma herança de problemas sociais parecidos, principalmente no campo.

Mas a história mais recente criou diferenciações sensíveis à base dessa herança comum. Hoje, temos países no continente que continuam a viver praticamente da monocultura de produtos tropicais, como principalmente na América Central. Temos, igualmente, países que passaram por fases de industrialização, possuindo um proletariado desenvolvido e com tradição de luta, como na Argentina, Chile e Brasil. Em todos esses países, portanto, cabe aos revolucionários aplicar, de modo criador, a experiência do socialismo científico nas condições concretas criadas e

elaborar uma estratégia e uma tática apropriadas para alcançar um objetivo comum: a revolução socialista.

II - AS LUTAS DE CLASSES NO BRASIL

1. O desenvolvimento capitalista

O Brasil é hoje um país capitalista industrial, cujo desenvolvimento encontra-se bloqueado. O desenvolvimento econômico que experimentou nas últimas décadas dotou-o de um parque industrial moderno que, juntamente com o comércio e os transportes, participa com cerca de 50% da produção global, contra apenas 26% da produção agropastoril. No campo acelerou-se a penetração das relações capitalistas. O modo de produção capitalista, que marca a economia brasileira, é a base em que se sustenta a dominação: burguesia industrial, comercial, agrária e financeira.

O desenvolvimento capitalista no Brasil trouxe consigo o crescimento da classe operária e o amadurecimento da contradição entre o capital e o trabalho. A burguesia só pode evoluir à custa da exploração crescente das massas trabalhadoras. A moderna indústria de base implantada no país exigiu a desvalorização do salário real dos trabalhadores através do mecanismo da inflação. Em 1952, um operário comum recebia um salário correspondente a apenas 84% do que recebia um seu camarada em 1914. E, mesmo no período da euforia desenvolvimentista — entre 1955 e 1959 — enquanto a produtividade do trabalho aumentou em 37%, o lucro bruto dos empresários cresceu de 76%, a elevação do salário real ficou por volta de 15%.

Os entraves que o capitalismo no Brasil encontra hoje pela frente foram produzidos pelas condições históricas em que se formou o sistema. A herança colonial e agrária, que a burguesia não pode destruir radicalmente, e a dominação imperialista sobre o país apressam a crise do capitalismo no Brasil.

2. A questão agrária

A exploração latifundiária, como a herdamos da economia colonial, constitui um dos grandes obstáculos à expansão capitalista. De acordo com o recenseamento de 1960, 2,2% dos estabelecimentos agrícolas abarcavam 59,02% das terras ocupadas no país. E tais números ainda não dão a verdadeira proporção de monopólio da terra, já que muitos estabelecimentos pertencem ao mesmo proprietário.

Tal concentração da propriedade da terra pressiona a grande massa rural a oferecer seus braços por baixíssimas remunerações, às vezes por um prato de comida. Esse baixo preço da mão-de-obra, por sua vez, é que retarda o avanço técnico no campo. Porque o baixo preço da mão-de-obra não estimula a substituição de homens por máquinas. Calcula-se que as remunerações no campo não cheguem a um terço (1/3) dos salários médios na indústria e, mesmo o êxodo rural, trazendo os retirantes atraídos por melhores salários, não faz aliviar a pressão demográfica: por um lado a indústria cresce insuficientemente para o crescimento da população; de outro, a monopolização precoce da economia introduz máquinas e técnicas que, na economia capitalista, votam os homens ao desemprego. Assim, o latifúndio se beneficia do monopólio da terra e da estagnação econômica, para explorar mais avidamente o trabalhador do campo. Além disso, a extensão dos latifúndios não

estimula o aproveitamento intensivo da terra com técnicas mais desenvolvidas. Por outro lado, o latifúndio tem sua outra face no minifúndio, nos camponeses pobres que mal sobrevivem com seu trabalho: 89,39% dos estabelecimentos ocupam 20,2% da área total, sendo que mais da metade daqueles 89,39% é constituída de propriedades de menos de 20 ha, ou seja, de estabelecimentos em geral insuficientes para a manutenção de uma família camponesa.

O desenvolvimento capitalista pressupõe a subordinação dos meios de produção à marcha da acumulação do capital com a conseqüente expansão do mercado. Pressupõe a utilização do solo por empresas capitalistas que substituem os grandes proprietários que especulam com o valor da terra. O domínio latifundiário no Brasil — que se manifesta no baixo aproveitamento da terra — amortece o crescimento capitalista no país. As longas faixas de terra que são entregues a uma pecuária extensiva ou puramente ao abandono à espera de valorização, são a marca do capitalismo impotente e sem vitalidade.

Mas o capital industrial no Brasil surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprende disso completamente. Acomodando-se ao latifúndio, o capitalismo industrial teve, posteriormente, que arcar com as conseqüências: a baixa produtividade agrícola e a carência de mercado. E por outro lado, embora sem destruí-lo, a burguesia industrial vem pressionando o latifúndio a reformar-se, modernizar-se, ou seja, a racionalizar a produção. Isso quer dizer que o latifúndio não é um elemento exterior ao sistema capitalista constituído no país. Formou-se uma complementaridade entre a burguesia industrial e o latifúndio: as altas taxas de exploração vigentes no campo serviram para auxiliar a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial. Ou através da rede bancária, ou através de inversões diretas feitas pelos fazendeiros ou, ainda, pela mediação do Estado, as indústrias cresceram alimentadas pela exploração latifundiária. Mas se o confisco cambial forneceu recursos à acumulação de capitais para a indústria, esse mecanismo foi, por sua vez, necessário ao latifúndio, por lhe dar a segurança da compra dos excedentes, amparando-lhe nos momentos difíceis.

A aliança que se fez entre a burguesia e o latifúndio fez-se acompanhar da identidade de interesses entre os trabalhadores da cidade e do campo, criando as condições sociais para a aliança entre operários e camponeses. Não há dúvida de que a desigualdade entre as condições existentes nas várias porções do território nacional imporá soluções específicas para cada região. Mas a base econômica da produção agrícola brasileira — latifúndio do café, do açúcar, do algodão, do cacau etc. — pelo grau de capitalização realizado já oferece as condições para a sua transformação em grandes unidades coletivas. Onde o desenvolvimento das forças produtivas for insuficiente para tal avanço, a posse da terra pelos camponeses, acompanhada de formas cooperativas, realizará a destruição do latifúndio.

Mas há uma medida que pode se impor em todas as porções do território nacional independentemente das diversidades anotadas. Trata-se da nacionalização do solo, isto é, a passagem para as mãos do Estado da renda da terra. A nacionalização da terra não impede ainda a existência de pequenas propriedades privadas sobre ele, mas impede o arrendamento privado da terra e a utilização da terra para fins especulativos. É por isso que onde não houver condições já para a coletivização, a nacionalização do solo garantirá a destruição das formas mais atrasadas da exploração agrícola.

3. A integração imperialista no Brasil

Ao contrário do latifúndio, a dominação imperialista não representa simplesmente

um traço da herança colonial. É verdade que o imperialismo iniciou sua exploração no Brasil aproveitando a estrutura colonial desta economia. Até hoje a Anderson Clayton, a American Coffee etc., vivem do controle da exportação dos nossos produtos agrícolas. Mas a exploração imperialista, propriamente dita, caracteriza-se pela exportação de capitais.

Não se trata mais da simples relação colonial da exportação de produtos agrícolas em troca de manufaturados. Entre 1953 e 1954 a importação de produtos acabados caiu de 50%. Mas justamente nesse período aumentou de muito o domínio imperialista sobre a economia brasileira.

O capitalismo chegou à sua fase imperialista, nos países mais adiantados do sistema, quando o processo de acumulação de capitais, fazendo-se a um ritmo bem maior que a capacidade de absorção interna, só se resolveu pela aplicação externa.

O imperialismo é, assim, "estágio superior" do capitalismo. Ele representa um momento em que a concentração dos capitais sobre-passa as fronteiras nacionais.

Também o capitalismo no Brasil conhece hoje um alto grau de monopolização. Mas o monopólio no Brasil foi imposto precocemente de fora; não foi o produto do crescimento econômico interno. Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas. Daí que os períodos de maior crescimento industrial no Brasil sejam os períodos de maior penetração do capital imperialista. Em 1960 era de 90% o controle estrangeiro sobre a indústria automobilística, 82% sobre a eletricidade, 70% sobre a farmacêutica, 70% sobre a de máquinas etc., e tudo indica que os números tenham crescido de lá para cá.

As empresas estrangeiras vieram explorar seus lucros, aqui mais gordos que em seus países de origem, principalmente pela maior exploração dos trabalhadores. Para os capitalistas brasileiros a entrada desses maquinários (lá, obsoletos mas aqui bastante modernos) significava maior produtividade e, logo, mais lucros. Por isso, o "nacionalismo" só é usado como arma de pressão para obterem mais vantagens na associação com o imperialismo. Mas o domínio imperialista mesmo não é, nem pode ser, por eles contestado.

O fato do Brasil se integrar no sistema imperialista, na qualidade de periferia do sistema, traz como uma das conseqüências a sangria de capitais executada sob a forma de remessa de lucros. No período de 1947 a 1960 as entradas, de 2 bilhões e 569 milhões de dólares, ainda ficaram abaixo das saídas, em cerca de 1 bilhão e 100 mil dólares.

Por outro lado, a monopolização sofrida pela economia nacional acentua todas as contradições do capitalismo. A introdução no país das técnicas mais avançadas aumenta de muito a desproporção entre a capacidade produtiva do monopólio e a capacidade aquisitiva do povo. Ao mesmo tempo em que a produção capitalista destrói as condições de sobrevivência dos pequenos produtores autônomos, jogando milhares de seres humanos no mercado de trabalho, o avanço técnico limita as possibilidades de emprego destas populações que, em boa parte, vão se constituir nos aglomerados miseráveis das favelas e mocambos. E é ainda essa concentração das empresas e progresso técnico, com o respectivo aumento do "exército industrial de reserva", que deprime os salários ao mais baixo nível.

Outra conseqüência da monopolização da economia é o aparecimento dos preços de

monopólio. Controlando a oferta dos artigos no mercado, o punhado de trustes que domina os grandes ramos da economia — desde a industrialização de alimentos até os remédios — manipula à vontade os preços, obtendo lucros extraordinários.

Por tudo isso Lênin já chamara o imperialismo de "ante-sala da revolução social". Porque, em primeiro lugar, ao integrar definitivamente todo o mundo ao domínio do capital, ao revolucionar todas as áreas do globo e subordiná-las à necessidade do lucro, amadurecem as condições internacionais para a revolução socialista. E, em segundo lugar, porque aguça as contradições inerentes ao sistema capitalista: a contradição entre o crescimento da produção e do consumo, a contradição entre o caráter privado da apropriação e o caráter social da produção.

Integrando a burguesia brasileira na economia imperialista, o desenvolvimento capitalista nacional criou as condições para que a luta antiimperialista hoje no Brasil só possa ser também uma luta anticapitalista. E criou também o proletariado concentrado e numeroso a quem cabe comandar esta luta.

4. O caráter da revolução

A crise política que explodiu no país a partir de 1961 refletiu a estagnação a que chegou a economia brasileira. O produto nacional que na década de 50 alcançou a taxa média de crescimento anual de 5,2% apontou claros sinais de declínio a partir de 62, tendo crescido em apenas 1,6% em 63, 3,1% em 64, e 3,9% em 65. Justamente após ter elevado extraordinariamente a capacidade produtiva da economia nacional, os índices de produção começaram a estagnar, não acompanhando mesmo o crescimento demográfico. Os capitalistas diminuíram suas inversões, o crédito refluíu, operários foram dispensados, fábricas fechadas, toda a vida nacional sentiu os reflexos da crise econômica. Nos anos 66 e 67, justamente como efeito da intensificação da exploração sobre a classe operária e da concentração e centralização de capitais, a produção apresentou uma relativa recuperação, embora bem diminuta, com taxas de 4,4% e 4,5%.

Trata-se assim de uma crise capitalista. A primeira em nossa história que é produzida no interior do próprio sistema. Ao contrário da crise de 29, por exemplo, que foi um reflexo da depressão na economia norte-americana, esta última se desencadeou em pleno momento de apogeu na indústria ianque.

Esta crise revela as contradições entre as possibilidades de desenvolvimento econômico criadas e o modo de produção que as subordina. Vemos que o modo de produção no Brasil traz como consequência natural a carência de mercado interno, a baixa produtividade agrícola, a sangria de capitais, a inflação e a exploração violenta das massas trabalhadoras. A contradição fundamental da sociedade brasileira é aquela que põe em choque burguesia e proletariado. E acontece que, no processo de desenvolvimento capitalista no país, a solução da contradição determinada por esse desenvolvimento nos moldes do capitalismo internacional se confunde com a própria solução da contradição fundamental.

O processo revolucionário que subverterá as estruturas do país, organizando-as de acordo com as necessidades históricas, é o de uma revolução socialista.

Em primeiro lugar, porque a burguesia industrial brasileira surge mesclada já com o latifúndio e o imperialismo. O modo de produção no Brasil já é fundamentalmente capitalista — em processo de integração com o sistema imperialista sob hegemonia ianque e, por outro lado, integrando a produção latifundiária a seus fins. Pois decerto, como já vimos, o domínio latifundiário não é o elemento mais adequado ao desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento tardio do sistema no Brasil se

fez harmonizando-se com a herança colonial. Já que, de resto, o latifúndio nada tem de feudal: desde o período colonial ele é basicamente um fornecedor de artigos para o mercado, guiando-se, pois, pelo lucro. A própria divisão de trabalho e concentração das forças produtivas constituídas pelo latifúndio fornecem as premissas para que a intervenção revolucionária no campo nos leve além do regime capitalista.

Assim também o imperialismo, que não penetra no Brasil contra os interesses do capitalismo interno; ao contrário, o capital nacional só se desenvolve integrando-se com o capital imperialista. Os choques entre eles — que também configuram uma relação de "cooperação antagônica" — não se sobrepõem ao interesse maior de explorar a mais-valia nacional. Daí que também as medidas antiimperialistas radicais só possam destruir as bases do próprio regime no país. Quando o imperialismo tomou conta das regiões mais atrasadas do globo e as integrou no mundo capitalista na qualidade de regiões dependentes, ao mesmo tempo cortou suas possibilidades de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançadas.

A burguesia vai se tornando conservadora na medida mesma do crescimento do proletariado. E, além disso, a burguesia industrial — certamente o setor mais dinâmico do sistema — já não é, pelo menos a partir de 1950, uma classe marginalizada do poder político. Desde então ela vem aproveitando o aparelho do Estado em benefício de seu crescimento: atraindo capitais de fora para lhe suplementar a carência interna, carreando financiamentos governamentais, inflacionando ou deflacionando à custa dos salários reais, apelando para o Estado nos setores econômicos em que não se julga potente para enfrentar. A burguesia já é uma classe no poder. Assim, também pelas suas forças motrizes — os trabalhadores da cidade e do campo — a revolução brasileira só poderá ser socialista.

III - POR UM BRASIL SOCIALISTA

1. O socialismo no Brasil

A superação definitiva do estado de miséria e opressão a que está relegada a gritante maioria do povo brasileiro só pode conduzir à construção do socialismo no Brasil.

Por **Brasil Socialista** entendemos uma ordem social reinante no país na qual os meios de produção pertençam à coletividade inteira; na qual a produção seja planificada de acordo com os interesses do povo trabalhador e não deixada à mercê de interesses privados, na qual a produção se oriente pelas necessidades dos trabalhadores e não pela ganância e caça ao lucro; na qual as máquinas e a terra estejam a serviço do homem, e não vice-versa. Entendemos um Brasil no qual não haja exploradores e, portanto, explorados; no qual todos os homens desfrutem igual e livremente do progresso e das riquezas comuns; no qual seja garantida a sua existência como membros úteis de uma sociedade e a sua subsistência, quando não estiverem em condições de preencher esse papel.

O Brasil dispõe hoje de todas as premissas materiais para seguir esse caminho. Dispõe de um parque industrial cuja potencialidade não está sendo aproveitada, dispõe de terras ricas para serem cultivadas racionalmente e possui trabalhadores à procura de trabalho. Tirados esses meios de produção da mão dos capitalistas,

latifundiários e especuladores que só visam lucros e dividendos, os recursos do povo brasileiro estão em condições de assegurar uma riqueza e um bem-estar comum inimagináveis na nossa sociedade baseada na exploração. Povos e países, então menos desenvolvidos que o Brasil de hoje — Rússia de 17, China de 50, Cuba de 59 —, já deram o passo decisivo nesse caminho, libertando-se da exploração capitalista e imperialista.

2. Socialismo e revolução são inseparáveis

O socialismo não é um mero desejo, nem tampouco uma elaboração artificial pela qual se pretende reformar o mundo. O socialismo é resultado da evolução histórica da humanidade, colocado na ordem do dia, quando a velha sociedade exploradora se torna um empecilho ao progresso geral — quando os homens tomam consciência desse fenômeno. Isto quer dizer que o socialismo é o resultado de lutas de classes e de revoluções, que representam os momentos críticos dessas lutas. Esse fenômeno universal se dá também, evidentemente, no Brasil.

A evolução geral da sociedade brasileira fez com que se cristalizassem, de modo crescente, dois pólos — tanto na vida econômica como política: o capital e o trabalho, ou a burguesia (nacional ou estrangeira) e o proletariado. Com a expansão do modo de produção capitalista na cidade e no campo, o poder real da sociedade brasileira está sendo exercido mais e mais pela classe capitalista — a burguesia. Ela domina o Estado, reforma-o e o moderniza conforme suas necessidades particulares e o coloca assim, de modo mais eficiente, a serviço do regime de exploração do trabalhador.

Nesse sentido, nós vivemos sob uma ditadura de fato, da burguesia, antes como depois de 64.

Essa ditadura de classe foi velada durante muito tempo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o golpe de abril de 64, realizavam-se eleições e respeitavam-se outras normas — a "harmonia dos três poderes", soberania do poder civil, relativa liberdade de organização e manifestações - visavam dar ao regime um aspecto democrático. No fundo, o monopólio exercido pela burguesia pelo seu poder econômico e representativo por intermédio de rádios, TV, jornais etc., e a ajuda do voto de cabresto fornecido pelos latifundiários, permitiu sempre às classes dominantes eleger seu Congresso, dócil aos seus interesses e hostil às aspirações das massas trabalhadoras. Além disso, tirado o direito de voto a analfabetos e soldados, retirando o direito de disputar as eleições aos comunistas, a democracia burguesa foi sempre uma democracia para a burguesia e uma ditadura real para os trabalhadores.

Quando as contradições de classe tornaram-se agudas e as classes dominantes tiveram que se descartar mesmo das normas democráticas vigentes, apelaram para o poder militar. Para manter seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que crescia, as classes dominantes preferiram a ditadura aberta.

O outro pólo da sociedade brasileira é representado pelo proletariado. Ele cresce ao mesmo tempo em que se desenvolve o capitalismo, pois trata-se justamente da classe que cria com as suas mãos as riquezas da sociedade capitalista. Trata-se da classe que não tem a propriedade dos meios de produção, que não possui mais que sua força de trabalho, que não ganha mais do que o suficiente para viver e trabalhar no dia seguinte. Ao contrário de todas as outras classes da sociedade brasileira, o proletariado não encontra nas reformas da atual sociedade perspectivas para a sua libertação. Em qualquer sociedade capitalista, reformada ou não, ele será sempre um explorado. Para se libertar da exploração a classe

proletária não pode deixar de lutar pela abolição de qualquer exploração, isto é, de toda a propriedade privada da produção. Não pode deixar de lutar pela emancipação de todas as classes oprimidas. Esta posição objetiva da classe operária industrial torna-a receptiva a uma concepção materialista e dialética da luta de classes, ao marxismo-leninismo, torna-a líder natural de todo o movimento dos trabalhadores da cidade e do campo que desalojará as classes dominantes no processo revolucionário.

Revolução significa que o poder passa de uma classe para outra. Quando o proletariado toma o poder, trata-se de uma revolução socialista, pois o proletariado no poder não pode fazer outra coisa do que instaurar o regime socialista.

3. O caminho passa pela ditadura do proletariado

O proletariado no poder significa, pois, concretamente, tomar o Estado das mãos da burguesia. Mas poderá simplesmente o proletariado contentar-se em tomar conta dos Ministérios, do Exército, da Polícia, de todo esse aparelho estatal burguês podre e corrupto, formado com o fim de garantir o poder das classes exploradoras? Não poderá. O proletariado vitorioso terá, antes de tudo, de quebrar e destruir esse aparelho estatal burguês-latifundiário que serviu à ditadura dessas classes.

Mas o proletariado não pode desistir, de todo, do Estado. O proletariado no poder terá de assegurar o seu domínio contra a resistência das velhas classes exploradoras que fomentarão a contra-revolução interna e que, principalmente, recorrerão à reação externa. Para vencê-las, para superar a herança do velho regime, para mobilizar os recursos populares para a construção do socialismo, será necessário, durante certo tempo, a formação de um Estado Operário que exercerá a **Ditadura do Proletariado**.

Ela será a ditadura contra as velhas classes exploradoras e suas tentativas de restauração. Mas ao mesmo tempo será a ditadura da imensa maioria do povo brasileiro que, pela primeira vez, decidirá o próprio destino. Essa ditadura será por isso, para as massas trabalhadoras, mais democrática que qualquer "democracia" que conhecemos em nossa história.

Somente sob esse regime será possível realizar as transformações econômicas, políticas e sociais necessárias para livrar o povo dos males do subdesenvolvimento, da miséria, do sofrimento e da ignorância, aos quais o mundo capitalista e imperialista o condenou. Somente sob uma Democracia Socialista será possível levantar rapidamente o nível cultural das grandes massas, para que possam desfrutar das conquistas científicas e técnicas do nosso século.

Mas a revolução socialista não poderá se concluir no Brasil independentemente da revolução mundial. Para que os trabalhadores possam desfrutar livremente de seu trabalho será preciso apagar de vez a ameaça do imperialismo e a exploração capitalista sobre os outros povos.

O capitalismo unificou os interesses dos proletários de todo o mundo, e sobre a base dessa solidariedade internacional contra os mesmos exploradores levanta a unidade revolucionária dos trabalhadores de todos os países.

Na medida em que estiver assegurado o caminho socialista, na medida em que desaparecer o perigo da reação interna e externa, a revolução socialista renunciará ao seu Estado. Na medida em que desaparecerem as contradições de classe com a construção socialista interna e mundial, a Ditadura do Proletariado será superada e o Estado dos trabalhadores brasileiros definhará. A República Socialista do Brasil integrar-se-á numa sociedade comunista universal.

IV - POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES

1. A revolução dos trabalhadores

O proletariado chega à consciência socialista a partir das lutas econômicas e políticas que trava contra o poder burguês, na medida em que a vanguarda aponta os objetivos que elevam o nível de luta e formam uma consciência de classe. No caminho da revolução socialista no Brasil coloca-se, como primeiro passo, a luta pela destruição das bases sociais da ditadura. Nessa luta, travada hoje, o proletariado acumula suas forças para as transformações revolucionárias que será chamado a dirigir.

Ao combater a ditadura de um ponto de vista de classe — combatendo os sustentáculos econômicos de poder e opressão — amadurecemos as condições sociais para a revolução dos trabalhadores.

O golpe militar que, em abril de 64, se abateu sobre quase todas as conquistas até então obtidas, não foi um acidente na política brasileira. Foi a decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário no país. Incapaz de oferecer uma saída popular para a crise econômica que se abateu sobre a produção nacional, a burguesia teve que apelar para um "regime forte", para um regime que possibilitasse uma solução à custa dos trabalhadores. Reerguer a taxa de lucro à base da exploração dos trabalhadores foi a palavra de ordem das classes dominantes que deu o sentido ao golpe de abril. A concentração das riquezas, a racionalização das empresas, o aceleração do domínio dos grandes monopólios — com a conseqüente intervenção do imperialismo em maior escala — acompanham o processo capitalista no país. Para essa política econômica de defesa do lucro e corte geral dos salários foi preciso um regime político mais opressor e repressivo. Por isso a ditadura aberta não é um fenômeno passageiro na vida brasileira; ela é o resultado de uma política burguesa, quando a burguesia não pode mais exercer a ditadura de maneira velada. Por isso, também, a única saída revolucionária contra essa ditadura é a revolução dos trabalhadores.

2. A frente dos trabalhadores da cidade e do campo

Assim como a opressão sistemática sobre o movimento popular tem uma base social — a necessidade burguesa de aplicar uma política impopular — a conquista das liberdades públicas para os trabalhadores só pode ser conseguida destruindo-se o poder dos grandes capitalistas (nacionais e estrangeiros) e latifundiários. Os sindicatos permanecem sob controle ministerial, o direito de greve praticamente suspenso, as reivindicações salariais controladas, as eleições reduzem-se a uma grotesca farsa de partidos organizados pelos próprios padrões da ditadura, todas as garantias públicas suspensas — por que? — para que os monopólios engordem com os salários que deixam de pagar aos operários, para que o latifúndio permaneça espoliando os trabalhadores do campo, para que o povo não disponha dos meios de se revoltar contra tal política.

Combater a ditadura através de uma luta de classe significa combater a soma de poderes concentrada nas mãos dos grandes capitalistas e latifundiários. Poderes que eles exercem através do controle da economia, através dos governantes e dos magistrados que eles colocam nas câmaras, nos tribunais e nos governos, através da propaganda, da Polícia e do Exército. Só a destruição desse poder elimina a

opressão sobre o povo, o recurso da violência sobre as manifestações de massas, a ameaça do fascismo como golpe extremo das classes dominantes.

Para isso é preciso mobilizar as classes cujos interesses estejam na aniquilação dos grandes exploradores. As classes trabalhadoras da cidade e do campo são as grandes massas que nada têm a perder com o extermínio da ordem vigente. É em torno da classe operária industrial — seu setor mais concentrado e organizado — que as massas exploradas deverão levar a luta contra a ditadura e os seus sustentáculos sociais, formando a **Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo**.

As bases para a formação desse proletariado revolucionário devem ser os próprios locais de trabalho. O movimento sindical de cúpula serve aos desígnios do reformismo e da burguesia. Uma pequena fração burocratizada fala pela classe e amortece os conflitos de classe. Os pelegos falam pela classe enquanto ela não fala por si mesma, enquanto a voz dos operários nas fábricas não intervém na luta política. Organizar os operários em **Comitês de Empresa** é, assim, mobilizar a classe independentemente das instituições ministeriais que a burguesia procura revesti-la e controlá-la. O nível de luta dos Comitês de Empresa refletirá naturalmente o nível atingido pela classe em cada local; mas não há dúvida de que a sua constituição contribuirá para fazer avançar essa mobilização. Livres e ligados diretamente à classe, tais comitês são o instrumento básico para sustentarmos a luta econômica e política da classe operária. Também na organização sindical se fará sentir essa política de base; travaremos a luta sindical na perspectiva de libertação dos sindicatos do controle do Estado burguês.

A grande massa dos aliados da classe operária é constituída pelos trabalhadores do campo. Radicalizados pela miséria extrema a que são levados no atual regime, mas impotentes ante o poder e as armas das classes possuidoras, essas massas rurais — assalariados puros, parceiros, meeiros, pequenos camponeses etc. — dependem de uma vanguarda armada que leve ao campo a perspectiva e a experiência da organização do proletariado urbano. Quando essa vanguarda mostra o caminho concreto da destruição dos seus opressores, abre também, para os trabalhadores do campo, a aliança com os operários industriais.

Da pequena-burguesia surgem também contingentes que se juntarão à luta proletária. Vacilante pela sua própria posição na sociedade, a pequena-burguesia, enquanto classe, procurará sempre um caminho próprio — inviável a longo prazo — entre o imperialismo e o socialismo. Cabe à vanguarda comunista ao mesmo tempo atrair as camadas proletarizadas da pequena-burguesia e combater as concepções próprias que ela traz de sua classe. O movimento estudantil, que tem uma grande tradição de luta na América Latina, pode servir grandemente à revolução dos trabalhadores na medida em que faz da sua luta pela liberdade de organização uma luta intransigente contra o regime, sem conciliação e integrado na frente dos trabalhadores.

Os soldados, cabos e marinheiros, originados das camadas pobres da população, podem ser ganhos para a Frente dos Trabalhadores. A ascensão política do povo brasileiro, nos anos anteriores ao golpe, mostrou como esses setores podem ser ganhos para a luta de classes, juntando-se aos operários e cindindo horizontalmente o aparelho de repressão das classes dominantes. Exatamente por trabalharem sob a disciplina dos guardiães armados do regime, a propaganda revolucionária entre soldados e marinheiros tem a grande importância de minar as bases dos instrumentos materiais da opressão política.

Mobilizar o proletariado no caminho da **Revolução dos Trabalhadores** é, pois, o

traço que distingue a vanguarda operária revolucionária do reformismo pequeno-burguês. Conseqüentes com seus objetivos puramente liberais — a "redemocratização" —, os reformistas baseiam sua estratégia em "amplos movimentos de opinião pública", em "pressões de massa" e em divisões verticais do Exército com setores progressistas contra setores entreguistas. A esquerda revolucionária, verificando que a única garantia para a conquista das liberdades para os trabalhadores está na destruição mesma das bases sociais do golpe, baseia sua luta na revolução dos trabalhadores contra o regime. Nesse processo a classe operária deve liderar as amplas lutas dos camponeses, dos assalariados em geral, dos soldados e marinheiros, que fazem parte do potencial revolucionário do país.

5. O governo revolucionário dos trabalhadores

A revolução dos trabalhadores coloca o problema do poder revolucionário. O tipo de governo visado, que surge da própria insurreição, representa em nossa propaganda, desde hoje, a alternativa que oferecemos à ditadura militar das classes dominantes.

Embora as circunstâncias que temos em frente não permitam previsões de detalhes sobre a formação do governo de transição de caráter revolucionário que pode preceder e levar à ditadura do proletariado, o conteúdo de classe de tais governos provisórios deve ser definido desde já, para distingui-los claramente de todas as tentativas de atrair o apoio dos trabalhadores para governos reformistas e populistas, destinados justamente a evitar a revolução socialista.

O proletariado consciente e sua vanguarda revolucionária só poderão apoiar e integrar governos provisórios quando estes se apóiam na força material da classe operária e dos seus aliados no campo, aos quais juntar-se-á parte da pequena burguesia assalariada e proletarizada. Tal governo será resultado de uma **Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo**.

Esse governo, que só se imporá e só subsistirá pela força material e das armas dessa coligação revolucionária de classes, surgida em torno do proletariado industrial, será um **Governo Revolucionário dos Trabalhadores** e será composto pelas forças políticas dispostas a travar a luta contra o imperialismo e a reação interna com métodos revolucionários. Para isso, não poderá deixar de atacar as bases sociais da reação e do imperialismo na cidade e no campo e estabelecer uma democracia revolucionária dos trabalhadores, garantindo-lhes os direitos políticos que a democracia burguesa nunca concedeu às classes exploradas no Brasil.

Tendo por missão demolir os pilares da reação, o Governo dos Trabalhadores deverá tomar as seguintes medidas básicas:

- Destruição final das atuais forças armadas organizadas para a repressão contra as classes populares; organização de milícias dos trabalhadores.
- Encampação dos monopólios imperialistas e nacionais; planificação dos setores básicos da economia.
- Nacionalização da terra e liquidação do latifúndio; organização de cooperativas, fazendas coletivas e entrega da terra aos camponeses, de acordo com as condições locais.
- Completa liberdade de organização e manifestação para as classes trabalhadoras.
- Política externa antiimperialista e de solidariedade ativa aos movimentos

evolucionários, principalmente da América Latina.

- Retirar dos grandes capitalistas o controle da grande imprensa.
- Convocação de um Congresso eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo, como base política do novo regime.
- Medidas drásticas de combate à carestia e de elevação do nível de vida do povo, como confisco dos estoques dos especuladores, controle operário dos preços, elevação geral dos salários e congelamento dos preços.

Semelhante governo será de transição pelo seu caráter e sua origem. Será resultado de frentes e alianças surgidas na luta de forças e lideranças radicais da cidade e do campo. Será de transição igualmente pelo fato de o proletariado não poder conservar o poder político sem destruir simultaneamente as bases econômicas e sociais do domínio das velhas classes exploradoras, sem instalar sua ditadura. Na medida em que essa consciência toma conta das massas trabalhadoras — e a prática do governo de transição tem de acelerar esse processo — as massas trabalhadoras seguirão a facção mais radical e mais conseqüente do governo revolucionário, que as liderará e as levará a instalar a Ditadura do Proletariado, a forma de governo da revolução socialista, a única alternativa ao domínio imperialista.

V - AS TAREFAS DA VANGUARDA

1. A formação do partido revolucionário da classe operária

A constituição de um **Partido Revolucionário** que lidere a classe operária, ideológica e organizatoriamente, independentemente de toda influência burguesa, permanece a grande tarefa da vanguarda revolucionária do país, a premissa da revolução socialista. Para que o proletariado possa levantar sua bandeira e liderar todas as massas exploradas da nossa sociedade, é preciso que ele vença decisivamente as ideologias burguesas e pequeno-burguesas do reformismo e do populismo em suas próprias fileiras, que o enfraquecem na luta de classes.

Para que a luta contra a ditadura seja travada conseqüentemente e sem compromissos, no caminho da revolução dos trabalhadores, para que o processo revolucionário seja levado até o objetivo da sociedade socialista, é indispensável a hegemonia do proletariado. É indispensável que o marxismo, a teoria do socialismo científico, penetre na classe operária, que se funda com o movimento operário existente e que guie a sua luta. O partido revolucionário que lidera a classe operária é o resultado dessa fusão da teoria marxista com o movimento operário vivo.

A classe, espontaneamente, não chega à teoria comunista, não adquire consciência que a torna uma classe para si. Espontaneamente a classe desenvolve uma resistência contra a exploração capitalista, há a disposição para a luta, mas é o partido quem dá a essa ação um sentido revolucionário, levando-a além dos limites estreitos da atuação sindical e populista. Caberá a esse partido liderar e lançar o exército do proletariado industrial na luta de classes latente que se desenrola no país, para que a importância que o proletariado brasileiro já tem na vida econômica se faça sentir devidamente no cenário político. Caberá a esse partido realizar na prática a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, materializar a aliança entre o proletariado independente e as demais classes exploradas. Caberá ao

partido coordenar todas as demais classes exploradas. Caberá ao partido coordenar todas as formas de luta contra a ditadura e o imperialismo, na cidade e no campo, legais, clandestinas e armadas, para o assalto final das massas trabalhadoras contra a sociedade burguesa-latifundiária.

2. Partido e classes

A formação de um partido revolucionário que lidere a classe operária será resultado do enraizamento do programa e das concepções de luta defendidas atualmente pela **Política Operária** nos setores mais combativos do proletariado brasileiro. Simultaneamente, será fruto do amadurecimento do conflito latente entre as bases e as lideranças nas organizações reformistas tradicionais e nas correntes centristas que se formaram nas lutas internas verificadas na esquerda. A Política Operária acelerará essa formação, na medida em que elabora e se empenha pelo programa proletário da revolução socialista, na medida em que propaga na luta diária o caminho revolucionário dos trabalhadores, na medida em que dirige seus esforços para a organização do proletariado como classe independente, na medida em que indica o combate revolucionário ao poder burguês.

Como partido revolucionário da classe operária e, hoje, como organização revolucionária proletária, temos de travar a luta e fazer as demais correntes conseqüentes travar a luta em três frentes principais.

Temos de desencadear a resistência mais elementar contra a exploração capitalista, a **luta econômica**. Embora se trate ainda de uma forma burguesa de luta da classe operária, isto é, da tentativa de aliviar o proletariado ou de parte dele, dos piores excessos do sistema, representa um passo indispensável e inicial para a movimentação e organização da classe, uma escola para futuras batalhas contra o sistema capitalista em si. Cada campanha salarial, cada greve, cada operação tartaruga é uma luta parcial que servirá ao movimento revolucionário para transformar a solidariedade de classe do proletariado em consciência de classe, isto é, para fazê-lo compreender o conjunto da luta de classes e o seu próprio papel.

Isso só é possível mediante uma estreita relação da luta econômica diária com a **luta política**, isto é, a luta do proletariado, ou da sua parte mais consciente, contra a sociedade existente e contra suas instituições. A luta política proletária é um constante confronto de classe. A nossa sociedade é burguesa-latifundiária; a nossa classe dominante, a burguesia, aliada ao imperialismo. O sentido da luta política nas nossas condições só pode ser, portanto, de opor o proletariado e seus aliados à burguesia e seus aliados; só será uma luta conseqüente se for travada em torno dos objetivos políticos do proletariado: a destruição do domínio de classe da burguesia e a elevação do proletariado como classe dominante.

Mas essa luta política só será travada conseqüentemente por um proletariado que tenha se libertado da tutela ideológica da burguesia e que tenha assimilado, em diversos níveis, a teoria do socialismo científico, como foi elaborada e desenvolvida pelo marxismo-leninismo. E isso exige a constante **luta ideológica**, baseada na teoria do socialismo científico, não só contra o impacto da ideologia burguesa, exercido diariamente sobre as massas trabalhadoras por intermédio dos modernos meios de comunicação — como rádio, imprensa, televisão — à disposição da burguesia, como também contra os próprios ideólogos burgueses e pequeno-burgueses, que se aproximam da classe operária. O reformismo e o revisionismo do nosso movimento operário, em grande parte, são resultados do domínio ideológico pequeno-burguês do passado, e o processo de proletarização de grandes camadas da classe média faz que numerosos quadros políticos cheguem ao proletariado

como porta-vozes da ideologia pequeno-burguesa dos mais diversos matizes.

Somente a constante *luta ideológica*, fundamentada na teoria do marxismo-leninismo, pode, de um lado, transformar esses elementos em revolucionários e, de outro, repelir as ideologias pequeno-burguesas que, na prática, visam amarrar novamente o proletariado à política burguesa.

3. A frente de esquerda revolucionária

É o partido revolucionário, baseado na experiência internacional do marxismo-leninismo, que saiba unir teoria e prática e aplicá-las às condições concretas do país, que preenche essas funções. Mas o partido não nasce pronto; ele se forja na luta e pela luta, e é durante essa luta que devemos estabelecer a unidade das forças que levantaram a bandeira do marxismo-leninismo.

O estabelecimento de uma unidade de ação da esquerda revolucionária, em torno de princípios básicos e com fins imediatos de luta contra a ditadura, será um passo decisivo para a mobilização da classe operária. Ao mesmo tempo, essa unidade cria condições mais favoráveis para que a linha proletária e revolucionária se apresente com maior impacto na vida nacional: como alternativa ao reformismo dominante. A plataforma que apresentamos para a formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária resumiu os pontos de princípios que distinguem hoje os revolucionários proletários no país:

- reconhecimento do caráter socialista da revolução no Brasil;
- reconhecimento da hegemonia do proletariado e da formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo como premissa da revolução;
- luta por um partido revolucionário que lidere a classe operária, à base da teoria do marxismo-leninismo;
- reconhecimento da luta armada e, especificamente, da luta de guerrilhas;
- organização da classe operária nos lugares de trabalho, e desenvolvimento de uma agitação revolucionária na classe.

VI - A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso implica a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder. O papel que o proletariado tem nesse processo, sua mobilização e liderança na luta e coordenação com seus aliados no campo, por sua vez, dá uma importância primordial à organização política do proletariado — o partido — como instrumento da tomada do poder. A luta de classes, todavia, não adia os problemas até que o partido de classe esteja criado e a nossa tarefa como vanguarda é enfrentar todas as situações com os recursos que temos à mão, em cada fase da luta.

Atualmente uma das formas básicas da luta de classe no continente é a guerra de guerrilha travada no campo, que aproveita o potencial revolucionário local como catalisador de um movimento em escala nacional.

Trata-se de uma luta prolongada, mas a internacionalização da luta no Brasil, com a notória aliança entre o imperialismo ianque e as burguesias nativas da América Latina para enfrentar a revolução aberta ou latente, dará um caráter prolongado à fase armada da revolução brasileira. A guerrilha tem sua importância nessas

condições, por permitir a manutenção da luta por longo tempo, mesmo nas fases de descenso do movimento de massa. Iniciando-se com poucas e isoladas forças, com que conta a vanguarda operária, irá crescendo à medida que for alcançando as primeiras vitórias contra o exército da reação e que vai delineando os objetivos de luta para os trabalhadores do país inteiro.

A guerrilha, como forma de combate à ditadura burguesa-latifundiária, mina e desgasta todo o aparelho de repressão, tanto do ponto de vista militar, quanto econômico e político. A guerrilha preenche este papel quando desencadeada em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária, isto é, uma situação em que a luta de classes atinge o auge, colocando na ordem do dia a tomada do poder pelas classes oprimidas. Para isto, tem que apelar às classes revolucionárias do país, ao proletariado e seus aliados, para a luta comum a ser travada em todas as frentes contra o sistema explorador. Realizando, desde o início, em miniatura, a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final.

A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes. O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo. Será essa a nossa contribuição decisiva para a construção de uma nova sociedade no mundo, liberta para sempre da exploração do homem pelo homem. Ao mobilizar os operários sob a bandeira da luta de classes ouvir-se-á, também, dos rincões deste país, o brado de guerra:

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞